



**ORDEM DO DIA
PARA A 26ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
EM 29 DE JUNHO DE 2016**

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE URGÊNCIA

1 - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 20, de 2016, de autoria da Mesa. Dispõe sobre o reenquadramento de cargos do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa - QSAL. Parecer nº 984, de 2016, da Reunião Conjunta das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças, favorável ao projeto com emenda. Parecer nº 985, de 2016, da Mesa, favorável à emenda.

2 - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 23, de 2016, de autoria do Sr. Governador. Institui a Lei de Ingresso na Polícia Militar do Estado de São Paulo e dá providências correlatas. Com 7 emendas. Parecer nº 983, de 2016, da Reunião Conjunta das Comissões de Justiça e Redação, de Administração Pública e de Finanças, favoráveis ao projeto e às emendas de nºs 3, 4 e 7, e contrário às demais.

3 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 639, de 2007, de autoria do deputado Otoniel Lima. Determina a instalação de sistema de blindagem nos vidros das viaturas das Polícias Civil, Militar e Escolta, no Estado. Com emenda. Parecer nº 545, de 2009, da Comissão de Justiça, favorável, com substitutivo, e contrário à emenda. Parecer nº 546, de 2009, da Comissão de Segurança Pública, favorável ao substitutivo da Comissão de Justiça e contrário à emenda. Parecer nº 547, de 2009, da Comissão de Finanças, contrário ao projeto, ao substitutivo e à emenda. (Em anexo o Projeto de lei nº 1203, de 2015).

4 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 602, de 2013, de autoria do deputado Rodrigo Moraes. Dispõe sobre a proibição da utilização de telefone móvel nas salas de aula das Escolas Públicas e Particulares. Pareceres nºs 3 e 4, de 2014, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação e de Educação, favoráveis.

5 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 416, de 2015, (Autógrafo nº 31408), vetado totalmente, de autoria do deputado Cezinha de Madureira. Dispõe sobre a obrigatoriedade do cadastramento dos adquirentes de aparelhos celulares e chips de todas as operadoras de telefonia móvel que operam no Estado. Parecer nº 300, de 2016, da Comissão de Justiça e Redação, favorável ao projeto. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

6 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1217, de 2015, (Autógrafo nº 31482), vetado totalmente, de autoria do deputado Wellington Moura. Dispõe sobre a obrigatoriedade da concessão de desconto e/ou meia porção para pessoas que realizaram cirurgia bariátrica ou qualquer outra gastroplastia, em restaurantes ou similares. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

7 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1299, de 2015, (Autógrafo nº 31465), vetado totalmente, de autoria do deputado Campos Machado. Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Financiamento de Crédito Educativo - Nota Fiscal Paulista - e o Fundo para a Educação de São Paulo. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

8 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 192, de 2016, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERH. Com 7 emendas. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

1 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 565, de 2012, de autoria do deputado Roberto Massafera. Dispõe sobre a visitação pública em parques estaduais, que só serão permitidas desde que acompanhadas de um monitor ambiental devidamente cadastrado pelos órgãos públicos. Pareceres nºs 2102, 2103 e 2104, de 2013, respectivamente da Comissão de Justiça e Redação, de relator especial pela Comissão de Meio Ambiente e da Comissão de Finanças, favoráveis.

2 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 231, de 2013, de autoria da deputada Rita Passos. Cria o "Programa de Estímulo ao Escotismo" nas escolas estaduais. Parecer nº 123, de 2014, da Comissão de Justiça e Redação, favorável com emenda. Pareceres nºs 124 e 125, de 2014, respectivamente, das Comissões de Educação e de Finanças, favoráveis ao projeto e à emenda.

3 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1432, de 2015, de autoria do deputado Orlando Morando. Determina que pessoas que cometerem maus-

tratos a animais domésticos fiquem proibidas de obter novamente a guarda do animal agredido ou de outros animais. Parecer nº 518, de 2016, da Comissão de Justiça e Redação, favorável com emenda. Parecer nº 519, de 2016, da Comissão de Meio Ambiente, favorável ao projeto e à emenda.